

SUBSÍDIOS PARA A COMPREENSÃO DA BASE MATERIALISTA-HISTÓRICA DA RELAÇÃO INDIVÍDUO-SOCIEDADE

May Guimarães Ferreira*

O texto apresenta contribuições para a compreensão da relação indivíduo-sociedade no âmbito da Psicologia Educacional tomando como referência o materialismo histórico produzido por Marx e Gramsci. Levanta a discussão sobre o humanismo ou anti-humanismo nas obras do "jovem e velho" Marx. Aponta as reflexões de Gramsci acerca da problemática da natureza individual e social do homem.

Summary

This paper is a contribution to the discussion about the relationship between individuo and society based on Mark's and Gramsci's work. It points out the polemic essay that discuss the humanistic or non - humanistic vision of Marx's work. Also presents some Gramsci's reflections about the human nature.

1. INTRODUÇÃO

A partir da elaboração da minha dissertação de mestrado sob o título "Indivíduo - Sociedade: do movimento real à sua representação ideal", tenho investigado acerca da relação indivíduo-sociedade na área do conhecimento denominada Psicologia Educacional, tomando como instrumento teórico-metodológico as considerações advindas do materialismo histórico e suas análises da relação indivíduo-sociedade. Este tema merece, pela complexidade a ele inerente, esforço pessoal e rigor metodológico para avançar nas discussões já travadas, sob os seus vários aspectos. Os trabalhos que apontam na direção da questão da "natureza humana", dos seus "determinantes econômico-sociais" e da problemática sobre o "sujeito da história" permitem a apropriação de forma mais concreta, pelo pensamento humano, do que seja a relação indivíduo-sociedade no contexto específico do modo capitalista de produção.

* Professora Doutora em Educação pela UNICAMP e Professora Adjunto do DE II da UFMA.

2. SUBSÍDIOS SOBRE A CONCEPÇÃO MATERIALISTA HISTÓRICA DE MARX SOBRE O HOMEM

Há inúmeros trabalhos a respeito da concepção materialista histórica do conceito de natureza humana na obra de Marx. Travou-se uma polêmica a partir da década de 40, por causa da leitura humanista de sociais-democratas como Marcuse, Eric From, Landshut y Mayer e Henry de Man, que buscavam nos escritos do "jovem Marx", principalmente nos Manuscritos de 1844, uma concepção de homem que fosse o centro das investigações deste autor e permanecesse como núcleo central de sua obra até nos trabalhos escritos na sua fase de "maturidade" como no Capital, nos Grundrisse, etc.

Por outro lado, alguns "ortodoxos", presos à rigidez da versão mecanicista da obra de Marx se encarregaram de desconsiderar o humanismo das interpretações idealistas burguesas dos "Manuscritos", apontando naquela obra, reminiscências da ideologia alemã, bem como o caráter pré-científico, que se diferencia da posição adotada por Marx na sua teoria científico-econômica demonstrada no Capital.

Mais recentemente, Althusser adere à discussão acerca da continuidade ou não da obra de Marx e aponta uma separação "epistemológica" entre os escritos do "jovem Marx" e do "velho Marx". Para ele, somente as obras da maturidade contêm a verdadeira contribuição científica de Marx à Economia Política e, naquelas obras, não há a preocupação de uma antropologia filosófica. A obra de Althusser publicada na década de 60 faz parte de um momento em que os marxistas retomam a discussão acerca das obras do "jovem Marx".

Alguns deles, como Roger Garaudy e Adam Schaff, assumem uma atitude "humanista" perante os textos de Marx, como contraposição ao mecanicismo do marxismo stalinista, que separava o socialismo do humanismo.

Nesse sentido, a obra de Althusser se inscreve na defesa da cientificidade do Marxismo e se contrapõe às interpretações humanistas de Marx presente no XX Congresso do PCUS. Althusser rechaça os Manuscritos como obra científica e aponta o caráter feurbachiano ali contido.

A polêmica não se encerra com Althusser, nem poderia ter isto acontecido, na medida em que, novas questões têm sido levantadas por neotomistas e existencialistas, bem como no seio do próprio marxismo. Vazquez analisa as duas vertentes - humanista e não humanista - de interpretação da obra do "jovem" e do "velho" Marx e considera que cada uma delas responde a necessidades diferentes e a interesses diversos também. Vazquez vê a diferença existente entre alguns termos utilizados por Marx nos Manuscritos como, por exemplo, "trabalho alienado", "missão histórica do proletariado" e "ideologia"... etc, que poderiam conter um ranço humanista, não como ruptura epistemológica ou como evolução linear no pensamento de

Marx, em relação às análises de Marx na Contribuição à crítica da Economia Política, no Capital, no Capítulo VI Inédito e nos Grundrisse, onde ele trabalha com as expressões "trabalho morto", "trabalho vivo", "subsunção real" do homem à máquina, "mercadoria", "mais-valia" etc. Todavia, seus textos da "maturidade" demonstrariam o conteúdo histórico que permite a compreensão da relação entre as bases materiais e a produção da sociedade e das idéias.

É indubitável que a concepção materialista histórica de Marx não estava demonstrada antes do Capital, nem tampouco a sua análise acerca do trabalho como criador de mais-valor para o capital. Mas isto não significa dizer que as obras iniciais de Marx não constituíssem exigências reais do seu processo de investigação da sociedade burguesa e das contradições que foram nela travadas àquela época. Não se trata, portanto, de buscar rupturas epistemológicas e nem continuidade absoluta, mas de perceber o movimento real de formação do pensamento de Marx que é, por sua vez, determinado pelo movimento da sua prática política no seio das lutas de classe que ele percebeu, analisou e das quais participou ativamente.

Não se trata, portanto, de fazer de Marx um humanista ou um anti-humanista, o que é preciso destacar é que desde os Manuscritos está por ele colocada a problemática dos determinantes das condições de vida do homem na sociedade.

*"Os Manuscritos constituem um momento crucial no processo não somente porque desencadeiam uma problemática humanista, à qual Marx não renunciará nunca, e mesmo não descansará até dar-lhe um fundamento objetivo, científico, mas também porque marca a entrada e a posse no terreno - a economia - no qual se vai encontrar este fundamento."*¹

O próprio Marx afirma no Prefácio dos Manuscritos que suas conclusões "são fruto de uma análise inteiramente empírica, e baseadas em um meticuloso estudo crítico da Economia Política." E também ainda se fazia necessária a crítica da dialética hegeliana e da filosofia geral, pois até aquela época não havia sido feita pelos críticos de Hegel.

Deixando de lado a discussão, que pode se tornar estéril, sobre o humanismo ou não de Marx, e a possível pré-cientificidade de seus primeiros escritos, é possível identificar subsídios para uma compreensão histórica da natureza humana. Marx não produziu uma obra de antropologia filosófica, mas colocou as bases científicas para a constituição de uma antropologia concreta ou de uma Psicologia materialista histórica. Parafraseando-o, é possível

1. VASQUEZ, 1982, p. 287.

dizer-se que "os filósofos já pensaram bastante sobre o homem, cabe agora a sua transformação e do mundo em que vivem".

Não é possível colocar-se a questão **O que é o homem** como núcleo central das investigações de Marx. No entanto, ele parte da existência real do homem para responder as questões que dizem respeito à natureza humana.

Nos Manuscritos, Marx rechaça pela raiz as visões idealistas que buscam a essência do homem fora da sua existência real. A existência humana é fruto do próprio homem, não de Deus, como propôs a filosofia idealista. Indagando sobre a origem do homem, Marx responde com outras perguntas:

"Se você indaga acerca da criação da natureza e do homem, você está abstraindo estes. Você os supõe não-existentes e quer que eu demonstre que eles existem. Replico: desista de sua abstração e ao mesmo tempo você abandonará sua pergunta. Ou, então, se você quer manter sua abstração, seja coerente, e se pensa no homem e na natureza como não existentes (XI), pense também em você como não-existente, pois você também é homem e natureza. Não pense nem formule quaisquer perguntas, pois logo que você o faz sua abstração da existência da natureza e do homem se torna sem sentido. Ou será você tão egoísta que concebe tudo como não-existente, mas quer que você exista?"²

A natureza humana não podia ser buscada fora dela, nem na natureza em si mesma, nem no próprio homem que faz parte da natureza e a transforma, humanizando-a.

"A existência natural do homem tornou-se, com isso, sua existência humana, e a própria natureza tornou-se humana para ele. Logo a sociedade é a união efetiva do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo realizado da natureza."³

Já de início, as observações de Marx apontavam para a base material econômica da natureza humana. O homem como parte da natureza e ao mesmo tempo como produtor da natureza humanizada e da sociedade. Nesse sentido, se encontra o caráter social do trabalho humano. Pare ele a existência do próprio homem é de caráter social. Não somente pelo fato biológico de a concepção de um homem ser um fato social, mas devido a que

2. MARX In: FROMM, 1970, p. 126.

3. MARX In: FROMM, 1970, p. 118.

a própria sobrevivência e subsistência humana se dão socialmente. Marx exemplifica isto com a atividade de produção científica, que mesmo sendo produto de um só cientista é um resultado de uma atividade social, isto é, faz parte do trabalho humano socialmente acumulado. "Minha própria existência é uma atividade social. Por essa razão, o que eu próprio produzo o faço para a sociedade, e com a consciência de agir como um ser social".⁴

O trabalho tinha para ele um significado social e humano, ao mesmo tempo. Os resultados do trabalho têm conteúdo individual e social, mesmo que acontecendo de forma alienada. A vida individual é tomada como sendo de existência social, na medida em que o indivíduo é tido como um ser social, mesmo se a sua manifestação seja de caráter individual.

"Embora o homem seja um indivíduo único - e é justamente esta particularidade que o torna um indivíduo, um ser comunal realmente individual - ele é igualmente o todo, o todo ideal, a existência subjetiva da sociedade como é pensada e vivenciada. Ele existe na realidade como a representação e o verdadeiro espírito da existência social, é como a soma da manifestação humana".⁵

Para Marx, o indivíduo se torna humano através de sua participação no todo social. A subjetividade e a individualidade têm um conteúdo social, que é adquirido no processo de objetivação do indivíduo na natureza, e subjetivação da natureza no indivíduo, através da relação do indivíduo com os objetivos da natureza humanizada. Os sentidos só se desenvolvem a partir da relação com os objetos existentes que lhes determinam o conteúdo. Como, por exemplo, a apreciação musical, que só existe na medida em que o ouvido já entrou em contato com a música. Os sentidos, os sentimentos, as faculdades humanas têm um conteúdo que é determinado por sua subjetivação e objetivação na natureza humanizada. Nesse sentido, Marx aponta uma tarefa de investigação para a Psicologia das Faculdades, que era produzida naquela época, que é analisar as faculdades humanas através dos resultados da prática social, isto é, procurar as bases sensoriais da natureza humana na história da indústria mesmo. Esta tarefa ainda está por ser feita, na medida em que a Psicologia não fundamenta seu processo de investigação na história econômica e política. Para Marx, a história da indústria é um "livro aberto" para a Psicologia das Faculdades.

"Nenhuma psicologia para qual esse livro, isto é, a parte mais sensivelmente presente e acessível da História, permaneça fechado pode tornar-se uma ciência real e com um conteúdo genuíno. Que se deve pensar de uma ciência que se mantém

4. Idem, ibidem, p. 118.

5. MARX In: FROMM, 1970, p. 119.

*apartada de todo esse enorme campo do trabalho humano e que não sente sua própria inadequação, mesmo que essa riqueza de atividade humana nada mais signifique para ela senão, quiçá, o que pode ser expressão - "necessidade", "necessidade comum?"*⁶

Apesar de não estar tratando especificamente da problemática da individualidade, Marx já coloca de antemão uma forma concreta de abordar os aspectos psíquicos do ser humano. Esta maneira de encarar o psiquismo parece estar presente em outras obras, alterando-se algumas idéias de acordo com o caráter cada vez mais radical de sua concepção materialista da história e, por conseguinte, da natureza humana.

Na ideologia alemã, Marx aponta as bases reais que determinam as ideologias, representando-as como sendo verdadeiras. Descarta a possibilidade de transformação da sociedade pelas idéias filosóficas, indicando a práxis revolucionária como única possibilidade de ação transformadora do indivíduo e da sociedade. Nas Teses sobre Feuerbach ele afirma que o indivíduo abstrato ali analisado "pertence, na realidade, a uma forma determinada de sociedade", isto é, à sociedade burguesa. Critica ainda o idealismo de Feuerbach que não apreende a "sensibilidade como atividade prática, humano - sensível", desconhece o objeto e a realidade como práxis humana.

Na tese III, Marx diz: "A coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como práxis revolucionária."⁷

As premissas das quais Marx parte na Ideologia Alemã são o suporte material da existência individual, da sua ação, das idéias e da história propriamente dita. Ao se referir ao indivíduo, de início, ele coloca a atividade prático-sensível como reproduzindo os homens não só fisicamente, mas sobretudo como natureza humana produzida socialmente através dos meios de vida e subsistência.

"A forma como os homens produzem esses meios depende, em primeiro lugar, da natureza, isto é, dos meios de existência já elaborados e que lhes é necessário reproduzir; mas não devemos considerar esse modo de produção deste único ponto de vista, isto é, enquanto mera reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, já constitui um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado. A forma como os

6. MARX in: FROMM, 1970, p. 123.

7. MARX, 1979, p. 126.

indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide, portanto, com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.”⁸

Nessa obra, Marx analisa as formas históricas da propriedade privada, em diferentes tipos de modo de produção, e a divisão de trabalho nas sociedades de classes. Com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas de produção, os indivíduos se tornam cada vez mais dependentes das lutas políticas e ideológicas que se travam no seio da sociedade capitalista. A burguesia em ascensão combate o antigo regime, estabelece os “direitos do cidadão burguês” e passa a luta pela direção política e ideológica da sociedade como um todo. A subordinação do indivíduo à luta de classes não se elimina a não ser com o desaparecimento da própria sociedade de classes e estabelecimento da sociedade comunista.

“A diferença entre o indivíduo pessoal oposto ao indivíduo na sua qualidade de membro de uma classe e a contingência das suas condições de existência só se manifestam com a classe que é um produto da burguesia. Apenas a concorrência e a luta dos indivíduos entre si engendra e desenvolve essa contingência enquanto tal. Por conseguinte, na representação, os indivíduos são mais livres sob o domínio da burguesia do que anteriormente, porque as suas condições de existência são contingentes, na realidade, eles são naturalmente menos livres porque se encontram muito mais subordinados a um poder objetivo.”⁹

A ideologia burguesa difundida pelo pensamento liberal, que se desenvolve com a sua própria ascensão como classe dominante, representa o indivíduo como livre e desvinculado dos determinantes existentes nas relações feudais e capitalistas de produção. A liberdade de comércio, de expressão, de aumento da produtividade se efetiva como exigência do desenvolvimento das próprias forças produtivas no sentido de generalização, cada vez mais ampla, das relações capitalistas de produção.

Na Ideologia Alemã, Marx já fornece elementos para análise econômica das bases ideológicas da sociedade burguesa, mas é principalmente na Contribuição à Crítica da Economia Política e no Capital que ele expõe as bases materialistas da história e desenrava a sociedade burguesa das relações sociais capitalistas de produção.

8. MARX, 1980b, p. 19.

9. MARX, 1980b, p. 81

No próprio Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política, Marx resume as conclusões a que chegou acerca das bases materialistas históricas da sociedade, da produção da natureza humana.

*"...na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, e a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência."*¹⁰

As relações de produção constituem o eixo central sobre o qual são produzidos os meios de subsistência dos homens, as instituições sociais, as ideologias etc. Os homens, ao estabelecerem relações sociais, criam objetos e idéias, transformando os objetos e a si mesmos. No entanto, o próprio desenvolvimento do processo de produção, através das contradições que se estabelecem entre o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e as próprias relações de produção, gera contradições insuportáveis, possibilitando a mudança qualitativa do processo de produção e da sociedade como um todo. Os homens no seu trabalho são os responsáveis pelo processo de produção. No entanto, no modo de produção capitalista, os homens perdem radicalmente o domínio sobre o seu trabalho e os produtos, passando a ser dominados pelas coisas.

No Capital, Marx mostra o caráter social da mercadoria como resultado das relações capitalistas de produção. A mercadoria esconde uma relação social em que o objetivo final é a troca de ampliação cada vez maior desse processo.

"A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existentes, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho

10. MARX, 1977, p. 24.

se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos".¹¹

Além de ocultar as suas características sociais, a mercadoria é resultado de uma relação entre proprietários de "coisas diferentes", que trocam seus produtos de forma desigual. O proprietário dos meios de produção troca com o proprietário da força de trabalho, uma quantidade de salário que não paga todo o tempo de trabalho que foi dispendido. O tempo de trabalho não pago (o trabalho objetivado nos instrumentos de produção) fornece para o capital mais valor do que ele possui no início da troca. A mais-valia é a fonte de lucro do capital, e a mais-valia é extraída da força do trabalho, do próprio trabalhador. O "trabalhador livre" troca seu tempo de trabalho pelo salário para suprir suas necessidades de subsistência, mas termina, suprindo, cada vez mais, as necessidades do capital.

"Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem, e enquanto forem, substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso quer produzir mercadorias além de valor de uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais valia)".¹²

O modo de produção capitalista instala uma nova forma de relação do homem com a natureza humanizada, isto é, não é mais o trabalhador quem se objetiviza no processo de trabalho, é o objeto que "usa" o trabalhador. O domínio dos homens sobre as coisas se transforma em domínio das coisas sobre o homem. A divisão do trabalho na indústria moderna se encarrega de fazer do trabalhador manual cada vez mais uma peça no somatório da linha de produção. A separação entre o planejamento, o controle da produtividade e do processo de trabalho em si mesmo está determinada pelo capital, não pelo trabalhador. A industrialização realizou a submissão real do trabalhador à máquina, dominando-o psico-fisicamente. "A máquina que possui habilidade e força no lugar do operário, é ela mesma o virtuoso que possui uma alma própria nas leis mecânicas que operam nela".¹³

11. MARX, 1982, p.81.

12. MARX, 1982, p. 210.

13. MARX In: NAPOLEONI, 1981, p. 89.

A ampliação do capital e da massa assalariada passa a ser lógica que rege as relações sociais de produção fazendo do trabalhador o sustento e o lucro do capital. A massa do operariado cresce para garantir o desenvolvimento do capital.

"O capital não produz, portanto, apenas capital; produz também uma massa operária crescente, a única substância graças à qual pode funcionar como capital adicional. De modo que não é apenas o trabalho que, em antítese consigo mesmo e numa escala cada vez mais ampla, produz as condições de trabalho enquanto capital, também o capital produz numa escala cada vez maior os assalariados de que tem necessidade. O trabalho produz as suas condições de produção enquanto capital, o capital produz o trabalho enquanto trabalho assalariado, como meio de realização enquanto capital. A produção capitalista não é apenas reprodução da relação; na sua produção a uma escala cada vez maior e na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista, se desenvolve a força produtiva social do trabalho, cresce também perante o operário, a riqueza acumulada, como riqueza que o domina. como capital."¹⁴

Marx continua o seu pensamento sobre a massa assalariada como alimentadora do capital, verificando os resultados, no trabalhador, do fato de ele ser dominado pelo processo de produção. A riqueza socialmente acumulada, a usufruição dos bens socialmente produzidos passa pelas mãos do trabalhador, mas o destino que tem é o próprio capitalista, é o lucro. O trabalhador exaure suas forças físicas e mentais, enquanto o capitalista aumenta cada vez mais seu poder. Sobre as condições de autonomia real do trabalhador, diz Marx:

"... perante ele expande-se o mundo da riqueza como um mundo alheio e que o domina; e na mesma proporção se desenvolve a sua pobreza, a sua indigência e sua sujeição subjetivas. O seu esvaziamento e essa plétora correspondem-se, vão a par. Ao mesmo tempo, expande-se a massa desses meios vivos de produção do capital: o proletariado laborioso.

Por conseguinte, o crescimento do capital e o aumento do proletariado apresentam-se como produtos concomitantes, embora polarmente opostos, do mesmo processo."¹⁵

14. MARX, 1985, p. 134.

15. MARX, 1985, p. 135.

A visão histórico-econômica que Marx fornece com a sua produção científica torna-se de grande importância quando se pensa na necessidade de organização do operariado para a transformação de suas condições de vida e de toda a estrutura social. Marx não se contentou somente em fornecer idéias para a revolução proletária, ele participou ativamente de toda a luta do operariado da Europa daquele momento. Nesse sentido torna-se clara a idéia de que ele dedicou toda a sua vida a uma obra que visava a transformação radical da sociedade burguesa e do próprio homem. Porém, via esta tarefa como possível de se realizar somente pela classe que se encontra escravizada pela burguesia, o operariado.

3. SUBSÍDIOS SOBRE À CONCEPÇÃO MATERIALISTA HISTÓRICA DE GRAMSCI SOBRE O HOMEM

A obra de Gramsci não se instala no cerne da polêmica sobre a "natureza humana" na obra de Marx e nem se insere na discussão do seu humanismo 'ou anti-humanismo'. Gramsci compreende os conceitos marxistas como um todo, e, principalmente, como uma Filosofia da Práxis. Para Gramsci, é mais do que uma visão de mundo e de homem, é o resultado da sua prática social enquanto intelectual e dirigente na Itália. Gramsci insistiu na importância da prática política sustentada por uma teoria que dê conta das relações entre as bases materiais de produção da sociedade e o seu conteúdo na superestrutura política, ideológica e cultural. A Filosofia como concepção de mundo tem valor prático e histórico, na medida em que, para ele, a Filosofia não se separa da História, formam um bloco. "A filosofia de uma época histórica, portanto, não é senão a "história" desta mesma época, não é senão a massa de variações que o grupo dirigente conseguiu determinar na realidade precedente: neste sentido, história e filosofia são inseparáveis, formam um "bloco".¹⁶

Nesse sentido, Gramsci rejeita as noções de filosofia idealista, que permanecem na investigação das idéias de uma época e dos pensadores que dela se destacam, como criadores individuais de sistemas filosóficos abstratos. Na sua crítica à Filosofia Clássica alemã, ele sublinha o fato de as concepções idealistas, geralmente, demandarem até os solipsismos mais extremados, o que significou, na Alemanha, a introdução das idéias sobre criatividade do pensamento de forma puramente especulativa.

A superação das concepções especulativas e idealistas no pensamento filosófico só foi atingida com a Filosofia da Práxis, ao buscar o processo histórico de produção das idéias, e não somente as idéias por si mesmas.

16. GRAMSCI, 1981, p. 32.

"Ao que parece, somente a Filosofia da Práxis realizou um passo à frente no pensamento, sobre a base da filosofia clássica alemã, evitando qualquer tendência para o solipsismo, historicizando o pensamento na medida em que o assume como concepção do mundo, como "bom senso" difuso na multidão (e esta difusão não seria concebível sem a racionalidade ou a historicidade) é difusa de tal maneira que possa converter-se em norma ativa de conduta. Deve-se entender criador, portanto, no sentido 'relativo': no sentido de pensamento que modifica a maneira de sentir do maior número e, em conseqüência, a própria realidade que não pode ser pensada sem a presença deste 'maior número'".¹⁷

O conceito de **criatividade** ganha consistência histórica e passa a ser, no dizer de Gramsci, "uma relação histórica do homem com a realidade", no sentido de transformá-la.

Na concepção materialista da história, ele não rejeita o caráter humano da história, mas não se atém a buscar os resultados da "criatividade" individual. Mais fundamental ainda é encontrar os nexos históricos da prática social coletiva, como resultado de relações sociais que os homens estabelecem e transformam pela vida social coletiva. Gramsci não nega a importância do filósofo como pensador que consegue articular e organizar os elementos histórico-críticos que levem à adoção pelas massas de instrumentos teóricos necessários às alterações das suas condições econômicas e políticas. Ao se referir ao papel do intelectual e do filósofo ele realça, sobretudo, o caráter político da difusão de idéias capazes de se sobreporem às antigas concepções mágicas e anticientíficas do mundo. A formação de camadas de intelectuais políticos como dirigentes capazes de organizar a ação política transformadora está posta em relação teórico-prática com as grandes massas.

"Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais; uma massa humana não se "distingue" e não se torna independente "por si", sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas "especializadas" na elaboração conceitual e filosófica".¹⁸

A preocupação dele, por conseguinte, é com o **coletivo**, com a organização das massas, do operário urbano e rural. Ele aponta a importância

17. GRAMSCI, 1981, p. 33.

18. GRAMSCI, 1981, p. 21.

do partido político como o "intelectual" que poderá exercer a função de organização coletiva do operariado.

"Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a ela, isto é, em que funcionam quase como "experimentadores" históricos de tais concepções".¹⁹

No entanto, apesar de se haver mantido investigando fatos históricos, que dizem respeito ao todo social, como o fez ao analisar a situação econômico-política e social da Itália setentrional e meridional, ele não perde de vista o caráter individual (como reflexo do social) do fenômeno coletivo. Enquanto as ciências (idealistas e materialistas mecanicistas) se preocuparam em investigar a árvore ou a floresta inteira, ele investiga o processo de criação da floresta. Mas sabe que a floresta só é floresta porque é composta de muitas árvores.

Nesse sentido é possível encontrar-se, em seus escritos, referência ao indivíduo, à personalidade individual e à natureza humana. No que se refere à concepção de homem explícita em seus textos, esta rechaça as visões idealistas (principalmente a visão difundida pela Igreja Católica) e mecanicistas acerca do que seja o "homem". Para ele esta questão é também importante, pelo fato de que implica num conhecimento de si mesmo. A questão filosófica **o que é a natureza humana?** é a questão e cada homem em particular, sua consciência e necessidade social. Gramsci parte de um ponto de vista histórico: é mais coerente perguntar-se aquilo que o homem pode vir a ser do que o que ele é. Essa afirmativa não está indicando a abstração das condições reais da vida humana, pois essa questão foi levantada por ele tomando em consideração o que o homem pode tornar-se, nas condições históricas em que se encontra e o que ele pode transformar na sua vida e na sociedade.

"Em suma, deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas, (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Mas o segundo e o terceiro elementos não são tão simples quanto poderia parecer. O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos. Desta forma, o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo

19. Idem ibidem, p. 22.

*natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica.*²⁰

O elemento individual se caracteriza por ser não somente um dado a ser considerado, porém um elemento histórico, isto é, o indivíduo reflete o processo histórico do qual faz parte. Para se transformar individualmente é necessário modificar o conjunto das relações sociais que o determinam. A personalidade é também entendida como uma conquista social. "Se a própria individualidade é o conjunto destas relações, conquistar uma personalidade significa adquirir consciência destas relações, modificar a própria personalidade significa modificar o conjunto destas relações."²¹

A convicção de Gramsci na possibilidade real de o indivíduo fazer a sua própria vida não é uma vertente que leva ao solipsismo. O indivíduo é capaz de mudar a própria vida, na medida em que se integra com outros, em que se organiza. A esfera individual é realmente limitada, mas fornece elementos para a construção histórica de um novo projeto político. O indivíduo participa das relações sociais através do trabalho de transformação da natureza e de si mesmo. A relação é de caráter ativo, incluindo elementos subjetivos e objetivos.

*"O homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa - objetivos ou materiais - com os quais o indivíduo está em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo."*²²

Nesse sentido, a individualidade inclui em sua natureza a ação política e a atividade de transformação da natureza. O trabalho de transformação da natureza não conhece em si apenas seu lado objetivo, que vê a individualidade somente como conquista das forças materiais. Há o elemento de caráter subjetivo e intelectual. Neste aspecto, a contribuição dada por ele é de suma importância para a compreensão das conseqüências da divisão do trabalho no operário que trabalha na indústria moderna. A industrialização (principalmente nos EUA) se ocupou em criar um novo tipo humano que suprisse as necessidades industriais de adaptação psicofísica do trabalhador à linha de produção.

"A história do industrialismo sempre foi (e hoje o é de forma mais acentuada e rigorosa) uma luta contínua contra o elemento

20. GRAMSCI, 1981, p. 39.

21. GRAMSCI, 1981, p. 40.

22. Idem, ibidem, p. 47.

*'animalidade' do homem, um processo ininterrupto, muitas vezes doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a sempre novos, complexos e rígidos hábitos e normas de ordem, exatidão, precisão, que tornem possíveis as formas sempre mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo.*²³

Quando ele se refere à mecanização do trabalhador, aponta um fato que possibilita a modificação de suas condições de vida: apesar de ser apêndice da máquina, **o trabalhador manual pensa**. Não existe trabalho sem pensamento, mesmo que o pensamento esteja desvinculado da atividade manual imediata. O trabalhador pode ascender à condição de dirigente político, mesmo sobre a coerção e opressão que visam sua bestificação, ou mesmo sob as formas sutis de persuasão a um modo de vida condizente com sua condição social. Ao se completar o processo de submissão real do operário à máquina, através da mecanização dos seus movimentos, o operário fica "livre" para pensar e por isso pode tornar-se perigoso para a própria indústria, haja vista a tentativa de inculcação ideológica realizada pelos industriais sobre o operariado (principalmente americana).

Gramsci diz que os donos das indústrias

*"...compreenderam que 'gorila domesticado' é apenas uma frase, que o operário continua 'infelizmente' homem e, inclusive, que ele, durante o trabalho, pensa demais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar principalmente depois de ter superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. A existência desta preocupação entre os industriais é comprovada por toda uma série de cautelas e iniciativas 'educativas', que se encontra nos livros de Ford e de Philip.*²⁴

Esta perspectiva gramsciana denota a possibilidade de mudança, pelas próprias mãos do operariado. Ele é o responsável por este processo, na medida em que subverte a ordem intelectual e manual da industrialização, da sociedade civil e do Estado.

A subversão da ordem passa pela organização de uma nova concepção de mundo e de cidadão, que pode se iniciar na família e na escola. A

23. GRAMSCI, 1980a, p. 393.

24. GRAMSCI, 1980a, p. 404.

concepção abstrata, é o operariado que deve passar pela escola e seus filhos, obviamente.

“Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada ‘cidadão’ possa se tornar ‘governante’ e que a sociedade o coloque, ainda que ‘abstratamente’, nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessária ao fim de governar.”²⁷

A contribuição de Gramsci no que diz respeito à base filosófico-histórica, para a compreensão da dialética social, fornece também as pistas para a investigação das questões referentes ao indivíduo e à criança. O materialismo mecanicista perdeu de vista os aspectos individuais da natureza humana: o idealismo rechaçou a importância dos determinantes sociais. Cabe à concepção materialista histórica encontrar onexo necessário entre o homem passivo e o sujeito histórico ativo e crítico. A proposta da Filosofia de Práxis exposta nas obras de Gramsci a isto se propõe, tendo em vista a natureza humana no sentido individual e coletivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a natureza social do homem fornece elementos elucidativos para a compreensão de que a relação indivíduo-sociedade é, por sua própria natureza, indissociável. Isto é, mesmo as concepções idealistas liberais que se ocuparam em apontar a liberdade do indivíduo perante a sociedade já continham em si, mesmas a base material histórica que as produziu. O próprio fato de separar o indivíduo da sociedade é, de antemão, o resultado de relações sociais de produção, que determinam esta “separação”.

Sendo o indivíduo o resultado de um processo biológico natural de reprodução da espécie humana, já traz consigo uma relação social. Relação esta que se constitui de forma determinada socialmente, desde o momento da sua própria concepção. Nesse sentido, portanto, ao se falar de indivíduo, já se pressupõe sua antecedência social: o indivíduo se constitui como uma unicidade no todo social. Na realidade não se pode falar em indivíduo, isoladamente. Isto constitui uma abstração da própria realidade individual. O movimento dialético entre o indivíduo e a sociedade (família, classe ou

27. Idem, *ibidem*, p. 137.

camada social) na qual ele está inserido possui dois sentidos: a sociedade determina ao indivíduo, mas é ele quem constrói esta mesma sociedade, na medida em que participe de relações sociais; ou seja, os indivíduos, ao se relacionarem, produzem e transformam a sociedade e a si mesmos.

Ao tomarmos como ponto de vista a base social do indivíduo sua antecedência e existência como resultante da relação social entre indivíduos localizados no tempo e espaço (político, histórico) constatamos os determinantes sociais da constituição da natureza do que se denomina **Indivíduo**. No entanto, esta idéia não elimina a 'unicidade' do indivíduo, na medida em que cada indivíduo é um ser único da espécie, no que diz respeito à síntese dos aspectos sociais que o determinam, mas que são transformados e elaborados a nível da própria individualidade conquistada.

A consideração da natureza social da individualidade não exclui a visão da existência do indivíduo como sendo de caráter ativo e produtivo. Os determinantes sociais fornecem o conteúdo da natureza social do indivíduo, mas é através da ação do indivíduo que se realiza essa construção social. Isto é, o indivíduo atua em sociedade, desenvolve sua ação sobre a natureza e a sociedade da qual ele faz parte. A ação do indivíduo se inicia através das formas mais simples de relações sociais de trabalho, tais como duas pessoas caçando, pescando e etc., até as formas mais complexas de relações sociais de produção do capitalismo avançado.

A natureza ativa do indivíduo na produção da sociedade e de si mesmo constitui o cerne do trabalho historicamente determinado. O elo de ligação entre o indivíduo e a sociedade é o trabalho. A dissociação da relação indivíduo-sociedade somente se verifica através da alienação de trabalho humano, da propriedade privada dos meios de produção.

A expropriação dos produtos do trabalho do indivíduo, que se dá através da propriedade privada dos meios de produção (matéria-prima, instrumentos de produção e conhecimento do fazer) ocasiona uma separação real entre os indivíduos submetidos a este processo. Uns passam a realizar trabalhos que geram riquezas para si próprios e os outros, riquezas para os anteriores. A parcela dotada dos meios de produção se dedica a atividades de planejamento, controle e direção da força de trabalho da parcela diretamente ligada à produção material; se dedica à direção do operariado em função da obtenção de maiores lucros.

O materialismo histórico forneceu as bases reais para a compreensão da natureza do indivíduo, mas isto não pode levar a crer num determinismo mecânico do conteúdo sócio-econômico sobre este. O indivíduo age na sociedade: pensa, sente, reflete, atua sobre os objetos, transformando-os, produzindo novos objetos para suprir necessidades. Sua atividade prática não é isenta de interesses e necessidades individuais e ao mesmo tempo sociais. A análise histórica, que parte das condições de produção da

sociedade, não pode desprezar a análise da situação real de vida dos indivíduos que compõem às grandes massas. Na medida em que esta assimilação e interação não se dá mecanicamente, convém investigar as formas específicas de assimilação do conteúdo social pelos indivíduos em dado momento histórico, isto é, localizados numa família, classe e Estado específicos. A dimensão econômico-política da análise materialista-histórica aponta para a dimensão psico-histórica dos acontecimentos sociais e individuais.

Nesse sentido, discutir a mais antiga pergunta que os filósofos se tem feito, **O que é o homem?** me parece necessário, ainda hoje, considerando a situação do homem na sociedade atual. Apesar de a Filosofia e as Ciências Naturais já haverem constatado a evolução da espécie humana como biológica e socialmente determinada a partir do aparecimento dos organismos vivos e da sua complexificação até atingir espécies mais desenvolvidas, e de o Materialismo Histórico haver fornecido a gênese da sociedade de classes, a maioria da sociedade permanece cultivando as ilusões acerca da origem do homem e da mágica divina dos acontecimentos sociais. A constatação de que o homem é ser histórico, atuante, produtor da sociedade, responsável pela construção de si mesmo, não é algo que esteja presente na concepção de mundo da maioria da população, pelo menos neste país. Na sociedade brasileira, estabelecida sobre as relações capitalistas de produção, as camadas trabalhadoras talvez não tenham ainda conquistado idéias de autonomia e independência do indivíduo coletivo e da necessidade de organização para a transformação das condições de vida da maioria da população.

O mosaico ideológico liberal que perpassa a formação do homem brasileiro necessita ser detidamente analisado e historicamente transformado.

Nesse sentido, a produção de conhecimentos na área de Psicologia Educacional fundamentada nas bases materialistas da história esbarra na inexistência de investigações históricas que já tenham dado conta dos nexos históricos entre as lutas políticas da burguesia em ascensão e o seu projeto de criação do novo tipo de homem brasileiro.

Quais as idéias e concepções de homem são interessantes de serem difundidas neste país?

Em que medida as ciências humanas, particularmente a Psicologia, deram conta da elucidação do processo de formação do cidadão brasileiro a partir da escola elementar que ficaria ao "encargo" do Estado capitalista brasileiro?

Estas e outras questões nos remetem à necessidade de elaborar mais estudos na área de Psicologia e Filosofia da Educação com a finalidade de fornecer subsídios para outras investigações posteriores.

BIBLIOGRAFIA

- FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. 5 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Concepção dialética da história*. 4 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 4 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980a.
- MARX, Karl & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Vol. I, 4 ed., Lisboa, Presença, 1980b.
- _____. *A ideologia alemã*. 2 ed., São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- _____. *O capital; crítica da economia política*. Livro I, vol 1, 7 ed., São Paulo, DIFEL, 1982.
- _____. Capítulo VI. *Inédito de o capital; resultados do processo de produção imediata*. São Paulo, Moraes, 1985.
- NAPOLEONI, Claudio. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- VASQUEZ, Adolfo Sanchez. *Filosofía y economía en el joven Marx (Los Manuscritos de 1844)*. México, Grijalbo, 1982.